



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO (PDI) E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO:
 PROMOVEDO UMA SOCIEDADE MAIS EQUITATIVA NO BRASIL**

**INDIVIDUAL DEVELOPMENT PLAN (IDP) AND THE CHALLENGES OF INCLUSION:
 PROMOTING A MORE EQUITATIVE SOCIETY IN BRAZIL**

**PLANES DE DESARROLLO PERSONAL Y DESAFÍOS INCLUSIVOS: PROMOVER UNA MAYOR
 IGUALDAD EN LA SOCIEDAD BRASILEÑA**

Daniella Fernandes¹, Adriana Milanez Suzigan²

e514621

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i1.4621>

PUBLICADO: 01/2024

RESUMO

Esse artigo traz uma reflexão acerca da inclusão no contexto educacional brasileiro, resgatando algumas legislações que resguardam o direito de todas as pessoas ao acesso à educação, a necessidade do cumprimento destas diretrizes, bem como a importância do comprometimento de todos os profissionais envolvidos no processo, e de uma reflexão coletiva sobre o assunto. Apresenta uma entrevista com duas professoras da rede estadual de ensino de Santa Catarina (SC), suas visões, metodologias e práticas em relação à educação inclusiva no dia a dia da escola. Mostra, também, a importância e os benefícios do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), como pode ser implementado na educação brasileira, os passos necessários para a criação de um PDI, uma ferramenta importante que busca atender as necessidades individuais dos estudantes, suas particularidades, enaltecendo suas potencialidades, em busca de um processo de ensino-aprendizagem efetivo e eficaz, que perpassa a melhoria do desempenho acadêmico, ao aumentar a motivação dos alunos e reduzir as taxas de abandono escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Plano de Desenvolvimento Individualizado. Educação.

ABSTRACT

This article reflects on inclusion in the Brazilian educational context, rescuing some legislation that protects the right of all people to access education, the need to comply with these guidelines, as well as the importance of the commitment of all professionals involved in the process, and a collective reflection on the subject. It presents an interview with two teachers from the state education network of Santa Catarina (SC), their visions, methodologies, and practices in relation to inclusive education in the daily life of the school. It also shows the importance and benefits of the Individualized Development Plan (IDP), how it can be implemented in Brazilian education, the steps necessary to create a IDP, an important tool that seeks to meet the individual needs of students, their particularities, praising their potential, in search of an effective and effective teaching-learning process, which involves improving academic performance, increasing student motivation and reducing school dropout rates.

KEYWORDS: Inclusion. Individual Development Plan. Education.

RESUMEN

Este artículo trae una reflexión sobre la inclusión en el contexto educativo brasileño, rescatando algunas legislaciones que salvaguardan el derecho de todas las personas al acceso a la educación, la necesidad de cumplir con estas directrices, así como la importancia del compromiso de todos los profesionales involucrados en el proceso, y una reflexión colectiva sobre el tema. Presenta una entrevista con dos docentes del sistema escolar estatal de Santa Catarina (SC), sus visiones, metodologías y prácticas en relación a la educación inclusiva en el cotidiano de la escuela. También muestra la importancia y los beneficios del Plan de Desarrollo Individualizado (PDI), cómo puede ser implementado en la educación brasileña, los pasos necesarios para la creación de un PDI, una herramienta importante que busca satisfacer las necesidades individuales de los estudiantes, sus

¹ Grupo Escolar Municipal Marlene Pereira Zuchi.

² FUNIBER - Fundação Universitária Iberoamericana.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO (PDI) E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO:
PROMOVENDO UMA SOCIEDADE MAIS EQUITATIVA NO BRASIL
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

particularidades, potenciando su potencial, en busca de un proceso de enseñanza-aprendizaje efectivo y eficaz, que permee la mejora del rendimiento académico, aumentando la motivación de los estudiantes y reduciendo las tasas de deserción escolar.

PALABRAS CLAVE: *Inclusión. Plan de Desarrollo Individualizado. Educación.*

INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, existe uma significativa parcela da população que enfrenta algum tipo de deficiência. De acordo com um estudo realizado em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 24% dos brasileiros são considerados "pessoas com deficiência", o que equivale a cerca de 45 milhões de indivíduos. Apesar desse número expressivo e das proteções legais estabelecidas pela Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146/2015, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), a questão da inclusão das pessoas com necessidades especiais no país ainda está em estágios iniciais e requer medidas imediatas para reverter a situação de marginalização enfrentada por esses cidadãos.

Essas medidas incluem a promoção da acessibilidade, o estrito cumprimento da legislação existente, a utilização eficaz da tecnologia, o investimento em projetos voltados para a inclusão, uma mudança na percepção social em relação às pessoas com deficiência e o aprimoramento da inclusão escolar. Mesmo que a inclusão escolar tenha sido reforçada pela Declaração de Salamanca, que visa a reflexão e a melhoria da realidade atual, ela não é suficiente para solucionar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência em relação à discriminação, uma vez que o processo de exclusão começa muito antes do período escolar, muitas vezes no momento do nascimento ou quando a deficiência é diagnosticada. Esse problema afeta todas as formas de estruturas familiares, sendo ainda mais agravado nas famílias menos favorecidas economicamente. De acordo com Paranotto e Silva (2014, p. 02),

A falta de planejamento, implantação de programas especiais, a pouca formação e informação de profissionais da educação, a acessibilidade, e acima de tudo o grande vilão desta história, o preconceito, ainda tem dificultado a estes cidadãos, papéis e posições muito aquém de suas potencialidades.

O posicionamento da sociedade como um todo necessita de mudanças significativas que, embora possam parecer pequenas, possuem grandes significados. Quando o supermercado do bairro aceita um funcionário com Síndrome de Down, por exemplo, faz toda a diferença – e exemplo - na postura daquela comunidade. Assim como na escola, quando o professor apresenta um Plano PDI para os pais ou responsáveis e obtém o apoio da família, altamente necessário, motiva o professor e o aluno no trabalho pedagógico.

DESAFIOS DA INCLUSÃO

No cenário atual do Brasil, é inegável que uma parte significativa da população encara desafios relacionados à deficiência. A estatística, como citado anteriormente, é impactante e traduz-



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO (PDI) E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO:
PROMOVENDO UMA SOCIEDADE MAIS EQUITATIVA NO BRASIL
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

se em um contingente de cerca de 45 milhões de indivíduos enfrentando dificuldades específicas em seu dia a dia.

Embora o marco legal brasileiro, composto pela Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146/2015, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, forneça um arcabouço legal abrangente para a inclusão e a proteção dos direitos dessas pessoas, a realidade da inclusão das pessoas com necessidades especiais no país ainda caminha em passos lentos, clamando por ações efetivas para reverter sua situação de marginalização.

Para alcançar uma inclusão plena, várias frentes de ação se fazem necessárias. A acessibilidade, tanto física quanto digital, é fundamental para permitir que pessoas com deficiência desfrutem dos mesmos espaços, serviços e oportunidades para todos. Além disso, é imperativo que as leis existentes sejam rigorosamente cumpridas, garantindo que os direitos desses sujeitos sejam respeitados em todos os aspectos da vida. A tecnologia desempenha um papel crucial na inclusão, oferecendo ferramentas e recursos que podem mitigar as barreiras enfrentadas por estas pessoas. Investir em projetos e soluções tecnológicas que promovam a acessibilidade é uma medida essencial.

No entanto, a inclusão vai além de questões físicas e tecnológicas. Uma mudança profunda na percepção social em relação às pessoas com deficiência é necessária. É importante promover uma cultura de respeito, empatia e equidade, combatendo atitudes discriminatórias que ainda persistem na sociedade. No contexto educacional, a inclusão escolar desempenha um papel crucial. A Declaração de Salamanca fortaleceu esse compromisso ao enfatizar a necessidade de adaptar as escolas para atender às diversas necessidades dos alunos. No entanto, é vital entender que a exclusão começa muito antes do ingresso na escola, muitas vezes desde o nascimento ou quando a deficiência é identificada. Isso é particularmente agravado em famílias economicamente desfavorecidas, que podem enfrentar dificuldades adicionais na busca por recursos e apoio, “isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva.” (Veiga, 2004, p. 14).

A reflexão coletiva envolve neuropediatra, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, pedagogos e outros, como a presença constante de um segundo professor especializado. No Brasil, com os respectivos laudos médicos e a CID correspondente do Transtorno ou Síndrome, há o respaldo da lei: o direito desse aluno ter um Segundo Professor auxiliando e adaptando o conteúdo acadêmico ao seu entendimento individual e capacidade cognitiva.

Dentre as redefinições, o documento orientador Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva alterou a compreensão acerca da população a ser atendida pela Educação Especial, embora mantendo a terminologia “alunos com necessidades especiais”. Tais alunos são compreendidos como aqueles que apresentam deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento (Brasil, 2008).

Para ir ao encontro à Política Nacional de Educação, novos cursos de graduação foram ofertados e reconhecidos pelo MEC, para atender às necessidades da sociedade, como graduação



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO (PDI) E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO:
PROMOVENDO UMA SOCIEDADE MAIS EQUITATIVA NO BRASIL
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

em licenciatura em Educação Especial e pós-graduação em Educação Especial, Psicopedagogia entre outros. Portanto, a mobilização da sociedade como um todo é positiva e conciliadora nos seus diversos setores, inclusive o laboral, aceitando, incentivando e respeitando a pessoa com necessidades específicas, colocando em prática a inclusão.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Individual - PDI - é uma estratégia educacional importante que pode ser aplicada no contexto da Educação Brasileira para promover o crescimento e o aprendizado dos alunos de forma personalizada. É uma abordagem que reconhece que cada aluno é único, com necessidades, habilidades e metas diferentes. Para Arêas e Silva (2020, p. 02):

É um plano com metas específicas, que você busca alcançar com aquele aluno com deficiência. Seja na interação em sala de aula com os colegas, na interação com o professor, seja com a questão pedagógica. Tem uma abrangência não só com o dia a dia dentro da sala de aula, mas com avaliações que sejam adequadas. Por exemplo: como eu vou avaliar se aquele aluno com deficiência aprendeu o conteúdo ministrado na sala de aula? Há casos em que essa avaliação deve ser diferente da avaliação convencional.

O estado de Minas Gerais, por exemplo, criou uma norma jurídica com a finalidade de regulamentar e fiscalizar o PDI nas escolas. A Resolução 4.256/2020, art. 13, define: “O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é documento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do estudante público da educação especial”. (grifo nosso).

Abaixo, exploramos como o PDI pode ser implementado na educação brasileira:

Identificação das Necessidades Individuais: o primeiro passo na criação de um PDI é identificar as necessidades individuais dos alunos. Isso pode ser feito por meio de avaliações, observações em sala de aula, discussões com os alunos e suas famílias, entre outros métodos. Cada aluno pode ter necessidades acadêmicas, sociais, emocionais e de aprendizado personalizado que precisam ser levadas em consideração.

Metas de Aprendizado Personalizadas: com base nas necessidades identificadas, são estabelecidas metas de aprendizado personalizadas para cada aluno. Essas metas devem ser respeitadas suas especificidades, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e com prazo determinado para que sejam eficazes.

Plano de Ação Individualizado: um PDI inclui um plano de ação detalhado que descreve como as metas serão alcançadas. Isso pode envolver estratégias de ensino específicas, recursos educacionais, apoio adicional, prazos e critérios de avaliação.

Monitoramento e Avaliação Contínuos: o progresso dos alunos em relação às metas estabelecidas é monitorado de perto. Isso pode ser feito por meio de avaliações regulares, observações em sala de aula e *feedback* dos professores, pais e alunos. Com base nesse monitoramento, o PDI pode ser ajustado conforme necessário.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO (PDI) E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO:
PROMOVENDO UMA SOCIEDADE MAIS EQUITATIVA NO BRASIL
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

Envolvimento dos Pais e Responsáveis: os pais e responsáveis desempenham um papel crucial na implementação do PDI. Eles devem estar envolvidos no processo, ser informados sobre as metas e o progresso de seus filhos e colaborar com os professores para apoiar o desenvolvimento educacional, bem como relatar, sem ressalvas, as dificuldades enfrentadas pela criança ou adolescente em sua trajetória de vida pessoal e escolar.

Recursos Educacionais Adequados: é importante fornecer os recursos necessários para atender às necessidades dos alunos de acordo com seus PDI. Isso pode incluir materiais didáticos especiais, acesso a profissionais de apoio, treinamento para professores e adaptações na sala de aula.

Inclusão e Diversidade: o PDI deve ser aplicado de forma inclusiva, garantindo que alunos com necessidades especiais, diferentes estilos de aprendizado e origens diversas sejam atendidos de maneira equitativa.

Acompanhamento e Compartilhamento de Informações: os registros do PDI devem ser mantidos e acompanhados ao longo do tempo. Também é importante compartilhar informações relevantes com os professores, equipe escolar e outros profissionais envolvidos no processo educacional. O planejamento não deve ser responsabilidade apenas do professor, deve envolver toda a equipe pedagógica. Portanto, mesmo respeitando a autonomia do professor regente, a participação de todos é importante, afinal, o aluno pertence à escola.

Flexibilidade e Adaptação: o PDI deve ser flexível e adaptável, permitindo que as metas e estratégias sejam ajustadas à medida que o aluno progride ou enfrenta desafios.

Apoio Multidisciplinar: em alguns casos, pode ser necessário envolver profissionais de saúde, terapeutas, psicólogos ou outros especialistas para fornecer suporte adicional aos alunos, dependendo de suas necessidades.

A implementação bem-sucedida do PDI na educação brasileira pode ajudar a melhorar o desempenho acadêmico, aumentar a motivação dos alunos e reduzir as taxas de abandono escolar. Além disso, o PDI ajuda a promover uma abordagem mais inclusiva e equitativa para a educação, reconhecendo a diversidade de necessidades e habilidades dos alunos.

Diante disso, foram entrevistadas duas professoras que trabalham com educação especial numa escola estadual de Santa Catarina, uma como segunda professora e a outra diretamente com AEE - Atendimento Educacional Especializado. Questionada sobre se realiza um PDI para seu aluno, ela responde que seu papel é adaptar o planejamento do professor regente, mas que coloca os interesses do aluno e a compreensão dos seus limites em primeiro lugar na educação formal. De acordo com a pedagoga e pós graduada em Educação Especial, a segunda professora que acompanha um aluno especial, faz suas atividades sob estímulo e vigilância, pois o aluno é facilmente distraído com conversas paralelas e apresenta resistência ao tentar realizar as atividades: "Nas primeiras semanas de aula, a interação com o estudante foi mais insociável devido a sua timidez e resistência em alegar não saber realizar algumas atividades, percebendo-se dificuldade na



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO (PDI) E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO:
PROMOVENDO UMA SOCIEDADE MAIS EQUITATIVA NO BRASIL
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

memória de longo prazo, além de fazer tarjas com o nome de cada disciplina de modo que ficasse visível em seu caderno, mantivemos um contato constante pelo WhatsApp.” Esses parâmetros adotados permitiram que o aluno não tivesse mais inconvenientes em esquecer de realizar algum exercício ou não encontrasse a disciplina a ser estudada, já que essa era uma dificuldade frequente dele”, comenta Biernazki e continua: “Meu aluno possui boa oralidade e conversação, mas apresenta dificuldade em expressar seus pensamentos de forma escrita, organizar suas ideias e conteúdos trabalhados e interpretação de textos, sendo necessária a adaptação das atividades de acordo com a sua capacidade intelectual, por intermédio da segunda professora e dos professores regentes, através de explicações e atividades diversas, normalmente envolvendo exemplos concretos que possibilitam a compreensão do aluno. “Para serem enfrentados os desafios do avanço acelerado da ciência e da tecnologia, da mundialização da economia, da transformação dos processos da produção, do consumismo, do relativismo moral, é preciso um maciço investimento na educação escolar.” (Libâneo, 2011, p. 20). O que justifica a contratação da segunda professora do aluno especial, resguardando seus direitos e deveres; seu processo de ensino e aprendizagem, socialização e integração no mundo do trabalho.

Portanto, o aluno está exercendo um direito respaldado pela lei, de ser acompanhado individualmente por um professor-orientador, que adaptará e adequará os conteúdos cognitivos à sua capacidade, garantindo assim sua equidade nos estudos. “Por um lado, parece necessário proporcionar uma experiência intensiva; por outro, também é necessário criar um contexto de classe propício, no qual a compreensão seja relevante.” (Coll; Marchesi; Palácios, 2004, p.107).

A outra professora entrevistada é a professora responsável pelo AEE da mesma instituição estadual catarinense e declara que faz parte da estratégia de trabalho desenvolver um plano PDI para cada aluno: “Sim, realizo PDI com os alunos que frequentam os atendimentos no AEE. A maior dificuldade que encontro é não “poder” atender o “desejo” dos alunos, pois eles querem que de alguma forma eu os ajude com a parte de alfabetização, matemática e interpretação de textos, ou seja, abordar os conteúdos dos quais estão aprendendo em sala, porém os atendimentos no AEE não é reforço. Outra grande dificuldade é tempo para ter trocas de informações entre professores e segundos professores, para que possamos trocar ideias e informações sobre cada aluno, a fim de contribuir no PDI. Em contrapartida, uma facilidade – minha- é a proximidade com as famílias, o que facilita essa troca de informações. Tenho como objetivo principal- ouvir os alunos, seus anseios, curiosidades, dificuldades e necessidades e com essas informações vindas deles, unir ao PDI, para que esse momento de aprendizagem seja significativo.”

O aluno precisa ser preparado para a vida em sociedade e no mundo do trabalho, portanto, não é diferente para o aluno especial, portanto, o professor precisa orientá-lo em sua autonomia.

As APAES e AMAs - Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, (APAES) e as Associações e Amigos dos Autistas (AMAS) são instituições especializadas no atendimento às pessoas com necessidades especiais que acompanham em serviços especializados como Terapia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO (PDI) E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO:
PROMOVENDO UMA SOCIEDADE MAIS EQUITATIVA NO BRASIL
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

Ocupacional com orientações para o manuseio da vida cotidiana, buscando a autonomia pessoal das pessoas com necessidades especiais. Também atende com psicólogos, psicopedagogos e fonoaudiólogos e professores especializados em Educação Especial, assim como pós-graduados.

Assim, cabe à sociedade também se reformular e se engajar no esforço de reciprocidade para que a proposta de inclusão se torne realidade. Mas ainda continua igualmente cabendo aos excluídos empreenderem esforços no sentido da inclusão. Esforços esses que se dão nos planos físico, mental, político, individual, social, organizacional, multidimensional, enfim (Santos, 2002, p. 111).

A sociedade participativa e solidária é a visão que todos temos que ter nesse século XXI, onde tantos estudos já foram feitos, desenvolvimentos físicos e digitais nos vários setores sociais, refutando preconceitos e discriminações, onde a tecnologia transparece a ação de todos e nos interliga em sociedade.

Apesar da inclusão educacional das crianças e jovens do país não receber a atenção necessária no âmbito das políticas públicas, inclusive no que tange a formação de professores, é importante que esses profissionais entendam que é possível, através de ações institucionais claras e de responsabilidade coletiva, tornar efetivo o processo de inclusão de forma mais eficaz e digna para os alunos e suas famílias. Segundo Prieto, Pagnez e Gonzalez (2014, p. 739),

bons exemplos de inclusão no Brasil vêm de profissionais e instituições que reconhecem o direito à educação das crianças e jovens com deficiência, ainda que isso não exima a responsabilidade do poder público de criar as condições adequadas para a política de inclusão nas escolas.

Sendo assim, as instituições de ensino precisam elaborar e utilizar um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), respeitando o direito que os alunos têm a um currículo individualizado garantido pela legislação através da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13146/2015) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/996) permitindo que se atenda às condições peculiares de cada um. Caiado e Laplane (2009, p.01) afirmam: “A história da educação especial no Brasil está marcada pela exclusão social e educacional, entende-se que garantir o direito à educação das pessoas com deficiência é um processo complexo e que exige ações políticas de diferentes dimensões.”

CONSIDERAÇÕES

Finalizando, a inclusão das pessoas com deficiência no Brasil requer uma abordagem abrangente que envolva não apenas medidas legais, mas também uma mudança profunda na mentalidade social. Somente quando a acessibilidade, o respeito aos direitos legais, o uso da tecnologia, o investimento em iniciativas inclusivas e a promoção de uma percepção mais inclusiva forem priorizados, poderemos avançar significativamente na construção de uma sociedade mais equitativa e justa para todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades ou deficiências.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUALIZADO (PDI) E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO:
PROMOVENDO UMA SOCIEDADE MAIS EQUITATIVA NO BRASIL
Daniella Fernandes, Adriana Milanez Suzigan

Cabe ao governo, também, se posicionar junto à sociedade com campanhas sociais, por exemplo, não só com incentivos fiscais junto às indústrias e comércio, mas ao indivíduo, ao cidadão crítico e social, que deve somar em seu dia a dia, a empatia, tolerância e flexibilidade.

REFERÊNCIAS

ARÊAS, R. L.; SILVA, S. S. O Plano de Desenvolvimento Individual ou o PDI é uma prática adotada nas escolas, a fim de potencializar o aprendizado do aluno com deficiência. Você sabe como funciona na prática? **O Mundo Autista**, 2020. Disponível em: <https://omundoautista.uai.com.br/o-que-e-pdi-ou-pei/>. Acesso em: 08 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto 6.571/2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: Câmara dos Deputados, [2008]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CAIADO, K. R. M.; LAPLANE, A. L. F. Programa Educação inclusiva: direito à diversidade - uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. **Educ. Pesqui.**, v. 35, n. 2, ago. 2009.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, n. 26, p. 19–30, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395>. Acesso em 30 de abr. 2022.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. *et al.* **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAS GERAIS. **Leis Estaduais: Resolução SEE nº 4.256/2020**. Institui as diretrizes para a normatização e organização da educação especial na rede estadual do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais: Casa Civil, [2020]. Disponível em: <https://casacivil.go.gov.br/noticias/9377-secretaria-da-casa-civil-explica-o-que-%C3%A9-uma-resolu%C3%A7%C3%A3o.html>. Acesso em: 08 nov. 2023.

PARANOTTO, J.; SILVA, J. P. da. A inclusão no contexto atual. Gestão de conhecimento para a sociedade. In: **SEGET 2014, XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 22 a 24 outubro de 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/9206.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023.

PRIETO, R. G.; PAGNEZ, K. S. M. M.; GONZALEZ, R. K. Educação especial e inclusão escolar: tramas de uma política em implantação. **Educação e Realidade**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 725-743, 2014.

SANTOS, M. P. Educação inclusiva: redefinindo a educação especial. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 3/4, p. 103-118, 2002.

VEIGA, I. P. A. (Org). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2004. p. 64-68.